



“TERRA SEM GENTE PARA GENTE SEM TERRA”: A MIGRAÇÃO PARANAENSE PARA A AMAZÔNIA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3649

Zeus Moreno Romero, UNESPAR
Anny Caroline de Carvalho Botelho, UNESPAR
Ivana Aparecida da Cunha Marques, UNESPAR

Resumo

Mediante uma análise de produções bibliográficas, o presente artigo tem como propósito pesquisar a migração paranaense para a Amazônia Legal- e para Rondônia, em particular- durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985). Parte-se do pressuposto de que esse fenômeno migratório teve como uma de suas finalidades, mitigar a conflitividade agrária no Paraná. Num primeiro momento, busca-se contextualizar a luta pela terra nesse estado sulista, especificamente nas décadas de 1950 e 1960, para, seguidamente, entender o processo migratório rumo à Amazônia e esclarecer quais as principais políticas de deslocamento populacional foram desenvolvidas pelos governos ditatoriais. Por outro lado, evidenciam-se os interesses econômicos do grande capital internacional que visava integrar a Amazônia ao mercado capitalista global. Analisa-se, particularmente, o caso do campo paranaense, partindo da compreensão macro contextual de que essas ações governamentais visavam reduzir os conflitos do Sul e do Nordeste do Brasil. Como consequência dessas políticas, produziram-se novos embates no frente colonizador amazônico, os quais se caracterizaram, majoritariamente, por sua natureza violenta, e acabaram afetando as populações indígenas, posseiras e extrativistas que já habitavam esse território num período anterior à chegada dessas novas populações. De forma geral, conclui-se que essas políticas migratórias adotadas pelo regime civil-militar não obtiveram êxito, já que apenas deslocaram as disputas pela terra para à Amazônia Legal.

Palavras Chave:

Amazônia; migração;
Paraná.

Introdução

O período histórico que abarcou a ditadura militar brasileira foi de 1º de Abril de 1964 a 15 de março de 1985. O Golpe de Estado derrubou o governo legítimo e democrático do presidente constitucional João Goulart, mediante uma revolta militar fomentada por Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, que governavam respectivamente os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. O regime militar brasileiro ajudou a sistematizar, juntamente com as outras ditaduras da América Latina, a chamada “Doutrina de Segurança Nacional”, que justificava as ações militares para proteger o “interesse da segurança nacional” frente ao “perigo vermelho”, em um contexto histórico mundial da guerra fria, em que a América Latina converteu-se no “quintal” dos Estados Unidos.

Este texto tem como propósito pesquisar a migração paranaense para a Amazônia Legal- e para Rondônia, em particular- durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985). Durante o governo ditatorial aconteceram duas fases diferentes para a colonização desta parte da Amazônia. Na primeira fase (1964-1973) foi constituído o Plano de Integração Nacional, a partir do lema “terra sem gente para gente sem terra”, que tinha como objetivo iniciar um fluxo migratório desde as zonas do Nordeste, castigadas pela seca, e do Sul onde iniciou-se a modernização no campo. Os migrantes de ambas regiões também fugiram da conflitividade agrária, como veremos no texto. Nesta primeira fase a colonização destacou-se pela entrega de terras para os novos colonos de agricultura familiar para produzir gêneros agrícolas. A segunda fase (1973-1985) da ocupação da Amazônia (Rondônia e Mato Grosso) foi bem diferente, já que se deu mediante grandes projetos de grupos empresariais e companhias de colonização. Referente a esta segunda fase, Octavio Ianni afirma:

A monopolização da propriedade ou exploração da terra, pelo latifúndio e das empresas privadas, nacionais e estrangeiras; a expropriação do índio e posseiro; a movimentação de contingentes do exército de trabalhadores de reserva, pelas várias regiões do País; o crescimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo; o aprofundamento da subordinação da agricultura à indústria; o imperialismo expandindo os seus negócios na terra; a brutalidade da acumulação primitiva, como processo estrutural; o desenvolvimento das classes sociais no campo; as novas articulações e os novos antagonismos das classes sociais rurais e urbanas, no âmbito da formação social capitalista brasileira (1979, p. 12).

A estratégia de ocupação da Amazônia por parte do governo da ditadura (1964-1984) tinha, de forma geral, seis propósitos importantes: a) acabar, ou pelo menos minimizar, as lutas pela terra na região sul, incluindo obviamente Paraná; b) debilitar os movimentos sociais que reivindicavam melhores condições de vida em decorrência da crise econômica; c) incentivar um modelo de desenvolvimento para o Brasil, a partir sobretudo de Rondônia, fundamentado na propaganda governamental como terra de oportunidades, a Nova Canaã ou novo Eldorado; d) ocupar aquilo que ficou conhecido erroneamente como “vazios” demográficos, vistos como “terra sem gente para gente sem terra”; e) barrar a ocupação por parte de estrangeiros mediante a inserção da ideologia do “integrar para não entregar”; f) insuflar o sentimento patriótico do “Brasil ame-o ou deixe-o”, em referência aos combates a ditadura (ALMEIDA SILVA, 2012).

Este artigo está estruturado em quatro partes. Após essa introdução, será apresentada, de forma sintética, a trajetória de lutas pela terra no estado do Paraná com o intuito de contextualizar os embates produzidos durante a

colonização deste estado, para assim melhor compreender um dos motivos pelos quais muitos paranaenses se lançaram à “aventura” migratória da colonização de uma nova fronteira agrícola. Em seguida constam informações referentes à migração paranaense para a Amazônia legal, especificamente Rondônia. E, por último, se apresentam as conclusões.

Cabe destacar que no Paraná, além da conflitividade agrária, existiram outros motivos que fomentaram essa migração, como, por exemplo, a mecanização no campo e a mudança de cultura agrícola causada pelas fortes geadas que arrasaram com as plantações de café. Isso teve como consequência que não fosse necessária uma grande quantidade de mão de obra camponesa como antes. Contudo, este artigo centra-se em compreender a migração a partir do contexto de lutas pela terra.

Os conflitos pela terra no paraná

Primeiramente cabe contextualizar que antes da ditadura civil-militar existiu um longo período de lutas camponesas no contexto da colonização do Paraná. Estas lutas marcaram as histórias familiares e ficaram inseridas na memória popular, influenciando em certos aspectos a vida dos seus sucessores. São muitas as histórias familiares dos paranaenses marcadas pela violência da luta pela terra, mas são pouco expressadas na bibliografia histórica. Falta muita pesquisa a fazer nesse âmbito. Em seguida se apresenta esse histórico de lutas refletidas na bibliografia da história do Paraná.

A década de 1950 é considerada o período auge das migrações internas no Brasil. Sobre isso, no que se refere ao estado do Paraná especificadamente, Priori (2012) esclarece que os anos de 1950 e 1960 foram marcados por um contexto de lutas no campo pela propriedade da terra. No que concerne a esse tema, é apropriado ressaltar a Lei de

Terras de 1850 que estabelecia a compra como única forma de se adquirir terras, o que fez com que os domínios desocupados fossem confiscados pelo Estado. Com a Constituição da República de 1891, as terras consideradas devolutas se tornaram propriedades dos estados que, por vez, as transformaram em doações ou, em alguns casos, em uma espécie de pagamento para os empreendimentos particulares, como por exemplo, para empresas ferroviárias.

Na historiografia, as revoltas e lutas pela terra suscitam diversas interpretações. Dentre elas, encontra-se a explicação que propõe que a Revolta do Porecatu (1946-1951) impulsionou o PCB a coordenar sindicatos de trabalhadores rurais por parte do estado do Paraná.

Sobre essa temática, Priori (2012) aponta que o estabelecimento da Companhia Clevelândia Industrial e Territorial (CITLA) no sudoeste do Paraná, na década de 1950, deu origem a uma onda de inquietação de comerciantes, profissionais liberais e colonos, que passaram a fazer oposição ao empreendimento. Porém, essa movimentação se mostrou improfícua, já que o então governador do Paraná, Moysés Lupion, era associado da CITLA, o que favoreceu a negociação das terras pela Companhia.

Com a recusa dos posseiros e camponeses em negociar terras com a CITLA (que atuava juntamente às companhias Comercial e Apucarana) opta-se pela prática da violência, através da utilização de armas, do trabalho de jagunços, em contrariedade aos métodos legais. Como resposta, os colonos e posseiros passam a se valer dos mesmos métodos.

Dessa forma, a Revolta dos Posseiros é marcada por eventos de truculência, como aconteceu em 14 de setembro de 1957 com a “Tocaia da camionete” que resultou na morte de cinco colonos/posseiros e dois funcionários da Companhia Apucarana.

Consequentemente, os colonos se organizaram em números que chegam a milhares, no intuito de invadir o município de Capanema. Esse fato deu visibilidade à movimentação e fez com que as exigências dos camponeses ganhassem repercussão nos jornais. Essa expansão dos ideais dos colonos e sua avidez pelo combate fizeram com que os líderes policiais intervissem visando apaziguar os ânimos dos manifestantes, porém, essa interferência não surtiu o efeito esperado, já que os jagunços se dirigiam para Francisco Beltrão e Pato Branco, havendo assim, apenas um ‘deslocamento’ da violência. O temperamento agitado dos insurretos só começou a se acalmar com o início das negociações com o chefe de polícia do estado, Pinheiro Júnior, recém-chegado ao sudoeste paranaense, que acabou atendendo as exigências dos manifestantes.

Por mais que os protestos tenham se desenrolado num período de tempo restrito ao mês de 1957, deve-se considerar sua importância histórica. As manifestações não foram em vão, e a partir delas as propriedades da região sudoeste do Paraná puderam ser divididas entre os posseiros, e reconhecidas por sua serventia pública e social.

Ao se estudar o surgimento de organizações sindicais no campo- sendo em Londrina a criação do primeiro sindicato de trabalhadores, que data de 29 de janeiro de 1956-, deve se considerar alguns fatores que precarizaram a vida dos trabalhadores rurais, o que resultou numa movimentação desses homens em favor de seus direitos e objetivos comuns.

Com o desmantelamento do colonato e da lavoura de subsistência, o camponês passa a ser dependente de um salário, com o qual, entre outras coisas, teria que pagar o aluguel de sua moradia. Dessa forma, o colono cultivava a ‘matéria-prima’ e depois se via obrigado a comprar o produto já industrializado.

Outro aspecto que prejudicou significativamente os trabalhadores rurais

foi a nova política instituída no início dos anos 60, determinada pelo Instituto Brasileiro de Café (IBC), a qual previa a extinção dos cafeeiros de parca produtividade; a utilização das terras devolutas para outros fins e culturas, como por exemplo, o milho, o trigo e o soja; e a reorganização das plantações através da utilização de técnicas novas e desenvolvidas.

Essa reestruturação no campo- a qual foi a causa para o aumento do desemprego no estado do Paraná-, só foi possível graças à empréstimos feitos pelo Banco do Brasil. Destarte, num cenário de fragmentação das relações sociais no campo, os trabalhadores viram na composição e expansão de sindicatos, uma forma de representação e corroboração de seus direitos legais e de seus interesses coletivos.

À medida que vai se expandindo a criação de sindicatos no norte do Paraná, a partir de 1956, surge a dicotomia entre os trabalhadores rurais que buscavam a representatividade dessas organizações, enquanto os patrões e a Delegacia Regional do Trabalho almejavam combater os líderes sindicais que para eles seriam amotinadores- em sua maioria, comunistas- e más influências para outros operários e, por isso, os sindicatos não deveriam ser legalizados frente ao Ministério do Trabalho.

Os sindicatos acabaram, pois, tomando rumos que ameaçavam a hegemonia dos empregadores, já que, auxiliavam os trabalhadores a tomarem consciência de sua realidade de exploração.

Como forma de reprimir a expansão desses ideais, os chefes rurais optaram pelo acionamento e a interferência da polícia e da justiça do trabalho.

Membros de diversos sindicatos do norte paranaense, como por exemplo, o de Londrina, Maringá e Centenário do Sul se dirigiam para São Paulo e Rio de

Janeiro, tendo por finalidade à solicitação para a imprensa e os políticos da legalização dos sindicatos. Esse reconhecimento-que de fato, só veio em 20 de novembro de 1962- proporcionou maior visibilidade às exigências das associações, além de maior poder de ação aos trabalhadores.

A Frente Agrária Paranaense (FAP), fundada em Maringá em 13 de agosto de 1961 pela Igreja Católica, surgiu com o escopo de estabelecer sindicatos que lutassem contra a precarização do trabalho no campo e emulasse as organizações estruturadas pelo Partido Comunista, através da manutenção da ordem e do *status quo*, isto é, por meio de uma perspectiva tipicamente conservadora que ia totalmente contra o ideal de Reforma Agrária. Assim como os movimentos pecebistas, a FAP depauperou-se com o decreto do Ato Institucional número 5 (AI-5) de dezembro de 1968.

A ditadura no Brasil iniciada com o golpe militar de 31 de março de 1964, pôs fim às liberdades democráticas e instaurou uma nova ordem assentada num arranjo legislativo que justificou a vigência desse regime. Essa nova organização social previa a perseguição-atraves de métodos brutais e contundentes- de todos aqueles que ameaçassem de alguma forma, os princípios democráticos, a segurança e o teorizado equilíbrio da sociedade.

Não obstante, contrariando as limitações impostas pelo regime militar, os movimentos sociais ainda encontraram meios de se fazerem visíveis. É o caso, por exemplo, da Guerrilha do Caparaó e da Guerrilha do Araguaia, que for fim, acabaram sendo abafadas pela violência da ditadura. No campo, a resistência ao regime também foi bem representada por associações de luta armada. Entre elas, ressalta-se a Ação Libertadora Nacional (ALN), formada no ano de 1967 e representada pelo líder comunista e ex-membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Carlos Marighela, que por vez, foi

obrigado a abandonar seu projeto revolucionário, ao ser assassinado pela DOPS, no dia 04 de setembro de 1969.

Segundo Kolling (2016), a tranquilidade social e o suposto fim dos conflitos agrários, ideais teorizados pelo Estado, ainda hoje continuam encontrando obstáculos para se materializarem, o que se evidencia com os embates violentos entre o Movimento Sem Terra (MST) e os grandes latifundiários.

De acordo com Aydos (2010), a partir de 1960, o campo sofreu o processo de modernização de tecnologia, tendo como consequência a substituição do trabalhador braçal por máquinas, causando o desdém com o pequeno produtor e a atenção com o grande produtor do agronegócio. Contudo, o centro das migrações continuava sendo a região Sudeste, sendo que a maior parte dos migrantes eram originários da região Nordeste e de Minas Gerais.

Na década de 1970, período de regime militar brasileiro, a migração se deu, em sua maioria, do Sul do país para a Amazônia e para o Centro-Oeste. Este movimento se deu porque a Amazônia foi objeto de 'ocupação' para que grandes empresas pudessem realizar a criação de gado. Para o sucesso de tal empreitada, voltou-se para o apoio estatal que se consolidou através da construção de obras, como a Rodovia Transamazônica, o que resultou, conseqüentemente, na expulsão dos posseiros e de pequenos proprietários da região. Sendo assim, nesta conjuntura, a migração guardava o escopo de alcançar a modernização da agricultura, e a industrialização e desenvolvimento do mercado nacional.

Além desse breve resumo da conflitividade agrária no Paraná temos que evidenciar que existiram inúmeras lutas pela terra, que não constam nos livros de História, porém estão presentes na memória coletiva e transferida pela

tradição oral¹. São várias as histórias narradas sobre o uso da violência para expulsar camponeses e conseguir a terra por parte de famílias poderosas do Paraná. No entanto, carece a realização de um trabalho de pesquisa que traga à luz esta série de atrocidades vivenciadas em território paranaense.

A migração paranaense para Amazônia

De acordo com Januzzi e Oliveira (2005), os fluxos migratórios são, geralmente, explicados como sendo consequências de problemas espaciais de caráter econômico, ou seja, salários baixos e diminuição da oferta de empregos, além da falta de políticas sociais e de atendimento público, e da consequente elevação da desigualdade social.

A migração sempre representou um papel essencial no processo de formação do território e na consequente conformação sócio-cultural dos espaços regionais. As ondas migratórias relacionam-se, na maioria dos casos, com a necessidade de conquista de melhores condições de vida, a partir da obtenção de empregos mais dignos e lucrativos. Dessa forma, esses fluxos possuem em sua natureza, um caráter econômico e macrossocial, fazendo parte do processo e acúmulo de capital, já que quanto maior o nível de desenvolvimento tecnológico de uma região, maior a probabilidade de fixação de migrantes. (FILHO; PEREIRA, 2011). Segundo Gonçalves (2011),

“para entender as migrações internas, será preciso encarar de frente alguns nós ou estrangulamentos que, para usar a expressão de Caio Prado Júnior, fazem parte da formação

econômica e política do Brasil. Fazem parte, igualmente, da formação histórica e cultural de nossa sociedade. São verdadeiros entraves do desenvolvimento social na história do país”. (2011, p.284)

Uma vez evidenciada a importância da migração na compreensão da História do Brasil, cabe contextualizar a migração do estado do Paraná. O fluxo migratório rural-rural caracterizado pela expansão das fronteiras agrícolas iniciou-se no Paraná na década de 1930, no estado do Paraná, mas foi intensificado a partir da década de 1950. Estas áreas de fronteira paranaense acabaram por ter uma desaceleração brusca do crescimento na década de 1970, inclusive passando a expulsar população. Esta mudança demográfica estava relacionada à forma de ocupação da fronteira agrícola que ficou estancada e ao processo de modernização da agricultura entre 1960-1970. A diminuição das taxas de crescimento populacional das fronteiras agrícolas consolidadas na década de 1970 foi, em parte, contrabalanceada pelo crescimento das “fronteiras agrícolas em expansão” na Amazônia (AYDOS, 2010).

No território atual de Rondônia antes da ditadura, à construção da estrada Cuiabá-Porto Velho, a BR-364, que se decidiu numa reunião entre os governadores dos estados do Norte com o então presidente Juscelino Kubitschek, em 1960, intensificou a migração, expandindo novamente a fronteira agrícola. A estrada finalmente, que foi a espinha dorsal da colonização, terminou de ser construída em 1968, trazendo mais e mais colonos. A população de Rondônia passou de 85.504 pessoas em 1960, a 111.064 em 1970 e a 490.153 em 1980. Esse crescimento demográfico de não-indígenas, teve como resultado os conflitos agrários e pressões

explicadas, porém ainda não documentadas, evidenciando o uso da violência e a coação durante a época da colonização do Paraná. Poderosos latifundiários e seus jagunços disseminaram o terror em várias partes do estado.

1

Durante a experiência do professor Zeus Moreno Romero ministrando aulas de pós-graduação para os professores de escolas rurais e indígenas, várias histórias familiares foram

nas áreas indígenas. Com o desenvolvimento econômico, com a entrada do capitalismo na região e com o aumento das desigualdades sociais se intensificou o conflito entre os diferentes atores: indígenas, fazendeiros, agricultores, seringueiros, posseiros, colonos e trabalhadores do minério (ISA, 2003).

Se durante a primeira fase (1964-1973) da ocupação da Amazônia por parte do governo ditatorial a colonização destacou-se pela entrega de terras para os novos colonos de agricultura familiar para produzir gêneros agrícolas. A segunda fase (1973-1985), com a implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, o Polonoroeste, foi bem diferente. Este programa foi implementado durante a década de 1980, com os investimentos do governo brasileiro e do Banco Mundial, e sob a coordenação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). A área de influência do programa foi às proximidades da rodovia BR-364, entre Cuiabá (Mato Grosso) e Porto Velho (Rondônia). Os principais objetivos do Polonoroeste eram: contribuir para a maior integração nacional; promover a ocupação demográfica da região noroeste do Brasil, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando-lhes emprego; aumentar a produção da região e a renda de sua população; reduzir as disparidades de desenvolvimento intra e inter-regionais; e, por último, assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas. Conforme expressou um ex-presidente do INCRA, Paulo Yokota, no seu blog de Internet, em 21 de abril de 2013:

Ainda que se alegue hoje que se procurou tomar o cuidado possível com as reservas indígenas identificadas quando se executou o programa Polonoroeste, que tinha

como eixo principal a rodovia Cuiabá – Porto Velho, há que se admitir que muitas barbaridades foram cometidas, das quais somos parcialmente corresponsáveis. Quando assumi a presidência do Inbra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na década de setenta do século passado, a ocupação do atual Estado de Rondônia estava num ritmo acelerado, causando danos desnecessários neste processo, mas difíceis de serem evitados. Formava-se o que ficou conhecido como Espinha de Peixe, com uma precária rodovia que chegava à capital Porto Velho, e ao seu longo formavam-se as atuais principais cidades do Estado. Dela partiam linhas simplesmente retas, com a divisão de lotes nos quais eram assentados colonos sem maiores cuidados, com mínimas preocupações para a preservação da floresta ou de eventuais reservas indígenas que ainda não estavam todas adequadamente identificadas e demarcadas. Os contatos da Funai – Fundação Nacional dos Índios com os Paíter Surui começaram em 1969, mas também havia outros grupos na Amazônia que somente foram contactados posteriormente.

Há que se esclarecer que toda esta região era o prolongamento do chamado Escudo Amazônico, divisor de águas, da qual alguns rios do atual Estado de Mato Grosso iam em direção sul, contribuindo para a formação do pantanal mato-grossense, para a bacia do rio da Prata. Outros rios iam em direção ao Amazonas, e, portando, não se localizavam na parte central de sua imensa bacia. Parte destas terras era fértil, mas, dada a grande distância dos principais mercados do país, as atividades madeireiras e pecuárias é que eram consideradas as mais viáveis do ponto de vista econômico e muitos se dedicavam a elas de forma predatória. Ainda que a legislação brasileira fosse rigorosa, há que reconhecer que sua

fiscalização nunca foi eficiente e muitas áreas que deveriam ser preservadas como florestas acabaram sendo desmatadas de forma criminosa (ASIA COMENTADA, 2013).

Com essas declarações, observa-se, portanto, como a realidade do programa Polonoroeste foi bastante distinta dos planos teóricos do Banco Mundial e do governo brasileiro da época.

Portanto, a atividade colonizadora em Rondônia foi dirigida principalmente pelo governo federal da época da ditadura. Entre as 390.000 pessoas que migraram nos anos setenta para Rondônia, cerca de 30% eram originárias do Paraná. A nova zona de fronteira agrícola e de desenvolvimento econômico capitalista era um lugar onde as possibilidades de obter um lote de terras em propriedade eram enormes. Tudo isso mediante a distribuição de terras públicas em zonas de colonização oficial, a compra de lotes a preços relativamente baixos ou a recursos à invasão pura e simples das terras. Já na década de 1980, a colonização precária e desordenada praticada reproduziu as tendências afirmadas no resto do Brasil: o empobrecimento dos pequenos camponeses, uma renovação da dominação dos latifúndios sobre as terras e uma ajuda às culturas de exportação, em detrimento das culturas alimentares locais (SWAIN, 1988).

Em resumo, na década de 1960, fechava-se a última fronteira agrícola no oeste do estado do Paraná e, nas décadas de 1970 e 1980, iniciou-se a mecanização do campo com a mudança da cultura do café para outras culturas agrícolas. Isso fez com que a população do estado do Paraná, que tinha sido receptor de migrações de quase todo o Brasil, começasse a migrar para os estados de Rondônia e Mato Grosso, sobre tudo nas décadas de 1970 e 1980.

Conclusões

Na primeira parte do texto

evidenciamos a conflitividade rural no estado do Paraná mediante o análises da bibliografia disponível sobre essa temática, além de chamar a atenção para o fato de que existem inúmeros conflitos não trabalhados pela historiografia, mas que seguem na memória e na oralidade de muitas famílias paranaenses. Já na segunda parte apresentamos o fluxo migratório rural-rural do estado de Paraná para Rondônia. O estado do Paraná foi receptor de população até a década de 1970, quando esse fluxo foi invertido com a migração de parte da população camponesa. Este movimento populacional rural foi a ponta de lança para a colonização dos novos espaços na Amazônia.

Portanto, pode-se afirmar que as políticas de ocupação da Amazônia, especificamente dos estados de Rondônia e Mato Grosso durante a ditadura civil-militar, foi um fracasso no aspecto social. Porque: 1º) as lutas pela terra na região sul persistiram. 2º) Os movimentos sociais continuaram com suas reivindicações, apesar das limitações impostas pela ditadura. 3º) A ocupação do que chamaram de “vazio amazônico” resultou em conflitos com as populações, indígenas e não indígenas, que já habitavam a região, portanto, quebrando o falso mito do vazio demográfico. A “terra sem gente” na verdade tinha gente. 4º) As matérias primas extraídas pelo avanço da fronteira econômica na região foram maioritariamente para o estrangeiro, portanto o lema “integrar para não entregar” ficou como um discurso nacionalista vazio, fora da realidade.

Em resumo, as políticas de fomento à migração para os territórios de nova fronteira econômica causaram novos conflitos entre indígenas, posseiros, grileiros, colonos, fazendeiros e empresários. Se a ditadura planejou a colonização desta região amazônica para minimizar a conflitividade no Sul, acabou transferindo e magnificando esses conflitos na nova região ocupada.

Referências

- ALMEIDA SILVA, ADNILSON DE. **A questão indígena em Rondônia e os projetos de desenvolvimento na Amazônia Ocidental.** *Ciência Geográfica*, v. XVI, p. 8-14, 2012
- ASIA COMENTADA, 2013. **Paiteer Suruí Até no Washington Post** São Paulo, 1 abr 2013. Disponível em: <http://www.asiacomentada.com.br/tag/lideres-excepcionais-como-almir-narayamoga-surui/> acessado em: 29 set. 2017.
- AYDOS, M. R. **Migrações Internas no Brasil Contemporâneo: reflexões teóricas e analíticas dos principais fluxos interestaduais 1930-2008.** In: XVI Semana PUR - IPPUR/UFRJ, 2010, Rio de Janeiro. XVI Semana PUR - IPPUR/UFRJ, 2010.
- GONÇALVES, A. J. (2001) **Migrações internas: Evoluções e desafios.**, em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a14.pdf>. Acessado em: 29 set. 2017
- IANNI, O. **Ditadura e Agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1979
- ISA. Instituto Socioambiental/ **Povos Indígenas no Brasil**, 2003 Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/surui-paiteer> Acessado em: 29 set. 2017.
- JANNUZI, Paulo de Martino; OLIVEIRA, Kleber Fernandes de. **Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino.** São Paulo em Perspectiva, v.19, n.4, outubro/dezembro 2005, p.134-143.
- KOLING, Paulo José. **A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: luta pela terra, memórias e (re) disputas pela História.** In: GRUNER, Clóvis; PRIORI, Ângelo. (Org.). *Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim: Movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (século XIX e XX).* Curitiba: ANPUH PR, 2016, p. 129-175.
- PRIORI, Ângelo [et al.]. **História do Paraná: séculos XIX e XX.** Maringá: Eduem, 2012.
- PRIORI, Ângelo. **O levante dos posseiros.** Eduem, Maringá, 2011.
- SWAIN, T.N. **Fronteiras do Paraná: da colonização à migração.** In: ALBERTIN, C.